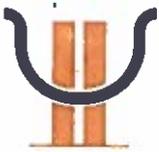
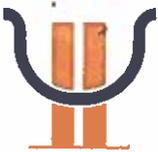


1 Aos vinte e dois dias do mês de maio do ano de dois mil e dezesseis, às nove horas e  
2 trinta minutos, na sede do Conselho Federal de Psicologia - CFP, situado no Setor de  
3 Administração Federal Sul, Quadra dois, Bloco 'B', Edifício Via Office, Térreo, Sala  
4 cento e quatro, Brasília, Distrito Federal, foi iniciada a Assembleia de Políticas, da  
5 Administração e das Finanças – Apaf. A Mesa Diretora foi composta pelo Conselho  
6 Federal de Psicologia - CFP, com Mariza Monteiro Borges, pelo Conselho Regional de  
7 Psicologia de Santa Catarina, o CRP-12, com Jaira Terezinha da Silva Rodrigues e pelo  
8 Conselho Regional de Psicologia da Paraíba, o CRP-13, com Ana Sandra Fernandes  
9 Arcoverde Nóbrega. Foi conferida a delegação para o primeiro ponto do dia, conforme  
10 pauta estabelecida no dia anterior: **5. Pontos Financeiros:** CRP-01/ DF: Sueli Francisca  
11 Vieira e Carolina Maria Fernandes; CRP-02/PE: Cristiane Menezes Almeida e Murilo  
12 Tolêdo Calafange; CRP-03/BA: Daniele Carmo Queiroz e Eurenilde Reis Ferreira;  
13 CRP-04/MG: Roberto Chateaubriand Domingues e Marília de Oliveira; CRP-05/RJ:  
14 José Novaes, Rodrigo Acioli Moura e Alexandre Trzan Ávila; CRP-06/SP: Aristeu  
15 Bertelli da Silva, Gabriela Gramkow e Guilherme Luz Fenerich, CRP-07/RS: Alexandra  
16 Maria Campelo Ximendes, Anderson Laurindo da Silva Comin e Cristiane Bens  
17 Pergoraro; CRP-08/PR (registrada posteriormente): Fernanda Rosseto Prizibela e  
18 Guilherme Bertassoni da Silva; CRP-09/GO: Handersenn Shouzo Abe e Simone  
19 Minasi; CRP-10/PA/AP: Jureuda Duarte Guerra e Giane Silva Santos Souza; CRP-  
20 11/CE: Diego Mendonça Viana e Aluisio Ferreira de Lima; CRP-12/SC: Jaira Terezinha  
21 da Silva Rodrigues, Igor Schutz dos Santos e Giulianna de Rogerius C. Leandro Remor;  
22 CRP-13/PB: Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega e Suenny Fonseca de Oliveira;  
23 CRP-14/MS: Fernando Faleiros de Oliveira e Norma Celiane Cosmo; CRP-15/AL  
24 (registrada posteriormente): José Félix Vilanova Barros e Laeuza Lúcia da Silva Farias;  
25 CRP-16/ES: Sheila de Oliveira Lopes da Silva e Juliana Gomes de Figueiredo; CRP-  
26 17/RN: Rodrigo Costa de Oliveira; CRP-18/MT: Marisa Helena Alves; CRP-19/SE:  
27 Alberto de Jesus Orge Rocha; CRP-20/AM/AC/RR/RO: Gibson Alves dos Santos e  
28 Clorijava de Oliveira Santiago Junior; CRP-21/PI: Valéria Macêdo de Sousa Bezerra;  
29 CRP-22/MA: Moara de Oliveira Gamba; CRP-23/TO: Eduardo Fagner Machado de  
30 Pinho; CFP: Mariza Monteiro Borges, Sergio Luis Braghini e João Baptista Fortes de  
31 Oliveira. **5.1. Prestação de Contas do Conselho Federal de Psicologia – Exercício**  
32 **2015:** Sergio Luis Braghini (CFP) citou os documentos que a legislação determina que  
33 devem ser considerados para a apreciação das contas do Conselho Federal de  
34 Psicologia: Lei Federal 5.766/1971 (cinco mil setecentos e sessenta e seis de mil



35 novecentos e setenta e um), artigo sexto; Decreto 79.822/1977 (setenta e nove mil  
36 oitocentos e vinte e dois de mil novecentos e setenta e sete), artigo sexto, inciso vinte e  
37 três; Lei Federal 4.320/1964 (quatro mil trezentos e vinte de mil novecentos e sessenta e  
38 quatro); Portaria Conjunta da Secretaria do Tesouro Nacional 1/2014 (um de dois mil e  
39 quatorze), referente aos procedimentos contábeis orçamentários da seção do manual de  
40 contabilidade aplicada ao Setor Público; Portaria 700/2014 (setecentos de dois mil e  
41 quatorze), referente aos procedimentos contábeis patrimoniais, procedimentos contábeis  
42 específicos, planos de contas, demonstrações contábeis aplicadas também ao Setor  
43 Público; instruções normativas do tribunal de Contas da União: 63/2010 (sessenta e três  
44 de dois mil e dez), 146/2015 (cento e quarenta e cinco de dois mil e quinze) e 147/2015  
45 (cento e quarenta e sete de dois mil e quinze). Sergio Luis Braghini (CFP) declarou que  
46 a prestação de contas do CFP foi apreciada e julgada pelo plenário do Conselho Federal  
47 de Psicologia em dezesseis de abril de dois mil e dezesseis, tendo sido aprovada por  
48 unanimidade. Sergio Luis Braghini (CFP) lembrou que a Resolução CFP nº 10/2007  
49 (dez de dois mil e sete), que institui o manual de procedimentos administrativos,  
50 financeiros e contábeis, determina quais documentos devem ser apresentados para a  
51 prestação de contas, definindo o que cabe aos Conselhos Federal e Regionais de  
52 Psicologia, de modo que o CFP deve se basear na prestação de contas dos CRPs para  
53 viabilizar a prestação de contas do CFP, para atender os prazos impostos pelo Tribunal  
54 de Contas da União (TCU). Ele informou que o CFP não recebeu até o dia anterior as  
55 prestações dos CRPs cinco, do Rio de Janeiro (RJ), dez, do Pará e Amapá (PA/AP),  
56 treze, da Paraíba (PB), dezesseis, do Espírito Santo (ES), dezoito, do Mato Grosso  
57 (MT), vinte, de Amazonas, Acre, Roraima e Rondônia, (AM/AC/RR/RO) e alertou  
58 esses gestores para envio da devida documentação, para o cumprimento da prestação de  
59 contas pelo CFP. Sergio Luis Braghini (CFP) esclareceu que o CFP não possui  
60 dispositivos de controle para a sua arrecadação, diferentemente dos Conselhos  
61 Regionais que têm seus dispositivos para arrecadação tanto de pessoa física quanto de  
62 pessoa jurídica. Assim, o controle orçamentário do CFP é feito de acordo com os  
63 recursos repassados pela quota-parte dos Conselhos Regionais de Psicologia. Sergio  
64 Luis Braghini (CFP) apresentou um quadro com o resultado orçamentário do CFP em  
65 dois mil e quinze, ressaltando que todos os documentos foram enviados aos CRPs  
66 antecipadamente, como prevê o manual de procedimentos contábeis, administrativos, e  
67 convidou Rogério Reis, da Gerência Administrativa e Financeira do CFP, para auxiliar  
68 na apresentação. Rogério Reis (Assessoria CFP) informou os valores de referência:

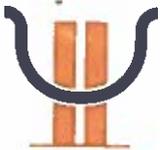


Conselho  
Federal de  
Psicologia

69 saldo de arrecadação de R\$ 25.689.126,06 (vinte e cinco milhões seiscentos e oitenta e  
70 nove mil cento e vinte e seis reais e seis centavos), conforme demonstrado. Despesas R\$  
71 23.186.793,91 (vinte e três milhões cento e oitenta e seis mil setecentos e noventa e três  
72 reais e noventa e um centavos). Resultado orçamentário de R\$ 2.502.332,15 (dois  
73 milhões quinhentos e dois mil trezentos e trinta e dois reais e quinze centavos). Aporte  
74 suplementar de reformulação orçamentária de R\$ 1.782.994,78 (um milhão setecentos e  
75 oitenta e dois mil, novecentos e noventa e quatro reais e setenta e oito centavos).  
76 Resultando em R\$ 4.285.326,93 (quatro milhões duzentos e oitenta e cinco mil  
77 trezentos e vinte e seis reais e noventa e três centavos). Rogério Reis (Assessoria CFP)  
78 explicou que esse é o resultado legal, que vai para o Tribunal de Contas. Ele  
79 acrescentou que o superávit do exercício do CFP foi de R\$ 1.071.317,42 (um milhão e  
80 setenta e um mil trezentos e dezessete reais e quarenta e dois centavos); o da Conta-  
81 Divulgação foi de R\$ 2.543.189,44 (dois milhões quinhentos e quarenta e três mil cento  
82 e oitenta e nove reais e quarenta e quatro centavos); do fundo de seções de R\$  
83 670.820,07 (seiscentos e setenta mil oitocentos e vinte reais e sete centavos). Sergio  
84 Luis Braghini (CFP) esclareceu que as informações prestadas nesta apresentação foram  
85 encaminhadas aos CRPs de forma detalhada, de modo que aqui houve apenas um  
86 resumo do que os CRPs puderam estudar detalhadamente com os seus Plenários. Ele  
87 afirmou que essa plenária do Conselho Federal de Psicologia, bem como seus gestores e  
88 executores cumpriram com zelo, responsabilidade e com critérios o uso do recurso da  
89 quota-parte, lembrando que foram necessárias reformulações orçamentárias para fazer a  
90 suplementação dos débitos deixados pela gestão anterior. Ele destacou também que  
91 todas as informações estão detalhadas no *site* do Conselho Federal de Psicologia, no  
92 Portal da Transparência. Abertas inscrições para esclarecimentos, Alexandre Trzan  
93 (CRP-05/RJ) perguntou se no ano de dois mil e quatorze a arrecadação foi de R\$  
94 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) e, no ano de dois mil e quinze, foi de R\$  
95 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais). Gabriela Grankow (CRP-06/SP)  
96 consultou sobre investimento na pauta da transparência, lembrando que em primeiro de  
97 junho todos devem apresentar planos para atendimento à Lei da Transparência. Afirmou  
98 sentir falta de uma articulação coletiva para atender as normatizações. Destacou que os  
99 CRPs têm expectativa de um investimento do CFP para padronização da apresentação  
100 dos dados, conforme ofício remetido pelo CFP aos CRPs. Mariza Monteiro Borges  
101 (CFP) explicou que há um Comitê da Transparência no CFP, do qual ela faz parte, que  
102 acompanhou o Seminário de Transparência e Boas Práticas nos Conselhos de

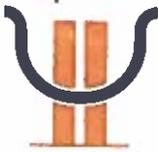


103 Fiscalização Profissional promovido pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em sete  
104 de abril, com todos os Conselhos Federais. Informou que o CFP já desenvolveu uma  
105 ferramenta para atender as exigências para o Portal da Transparência, com a  
106 possibilidade de atender também todos os CRPs que necessitarem, adotando o mesmo  
107 padrão para todos. No entanto, nesse Seminário, o TCU apresentou como modelo o  
108 Portal da Transparência do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU, que  
109 foi desenvolvido pela Implanta. O CFP então assistiu à apresentação da Implanta sobre  
110 a ferramenta e verificou que a vantagem é que já existem vários bancos de dados  
111 utilizados pelos CRPs e CFP que poderiam dialogar com o Portal da Transparência. O  
112 grupo responsável no CFP se posicionou favorável à utilização do sistema da Implanta e  
113 isso será analisado pelo Plenário do CFP, visto o curto prazo de implantação. Mariza  
114 Monteiro Borges (CFP) complementou que o CFP está se debruçando sobre o tema e  
115 que todos precisarão discutir sobre a possibilidade de aquisição de mais uma ferramenta  
116 da Implanta. Rogério Reis (Assessoria CFP) acrescentou que o CFP enviou uma  
117 consulta ao TCU perguntando sobre a responsabilidade dos Conselhos Regionais e  
118 Federal em relação ao Portal da Transparência e foi esclarecido nesse seminário que é  
119 preciso providenciar uma articulação para a produção de uma plataforma unificada para  
120 todo o Sistema Conselhos de Psicologia, por vários motivos, um deles é a  
121 economicidade. Uma vez padronizada a plataforma, a alimentação dessa plataforma,  
122 para consulta da sociedade, é de responsabilidade de cada Conselho Regional. Haverá  
123 uma personalização com a logomarca de cada CRP, mas o padrão de disponibilidade de  
124 dados será o mesmo. Sergio Luis Braghini (CFP) respondeu que o CFP tem tentado  
125 avançar na discussão política dos dados contábeis, principalmente, em relação à  
126 formulação do manual, de modo que ele possa produzir uma isonomia e uma equidade  
127 entre todos em relação aos documentos que devem ser apresentados. Além disso, os  
128 prazos estabelecidos no manual ainda não são os melhores. O manual determina, por  
129 exemplo, que os Conselhos Regionais têm de enviar a prestação de contas ao Conselho  
130 Federal até o dia quinze de fevereiro, prazo esse que o CFP considera impraticável.  
131 Completou que há uma série de fatores que trouxeram novos aportes a esse assunto,  
132 como as exigências para o Portal da Transparência, por exemplo. Concluiu que falta  
133 chegar aos Conselhos Regionais essa sistematização do manual, para se alcançar a  
134 produção de uma resolução melhor, mais adequada. Sobre o Portal da Transparência,  
135 reiterou que a equipe do CFP já estava desenvolvendo uma ferramenta para atender  
136 todos os CRPs, nos moldes da Lei de Acesso à Informação, quando o próprio TCU



Conselho  
Federal de  
Psicologia

recomendou o portal utilizado pelo Conselho Federal de Arquitetura e Urbanismo -  
138 CAU. Foi quando se soube que esse portal recomendado foi desenvolvido pela  
139 Implanta. Por isso, a equipe do CFP já assistiu uma apresentação da Implanta sobre o  
140 tema e é nesse ponto que a situação se encontra atualmente. Há o dilema entre utilizar a  
141 ferramenta desenvolvida pelo CFP ou adquirir mais um produto da Implanta. Rogério  
142 Reis (Assessoria CFP) complementou que o que chamou atenção do TCU na plataforma  
143 da Implanta é a possibilidade de busca pela informação pormenorizada. Pode-se buscar  
144 o nome de um conselheiro e aparecem todas as despesas dele no período escolhido.  
145 Sergio Luis Braghini (CFP) informou que a Implanta sugeriu em uma primeira conversa  
146 um custo em torno de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais) por mês de manutenção  
147 constante para todo o Sistema Conselhos de Psicologia. O CFP avalia que esse valor é  
148 razoável, mas há toda a problemática envolvida de aquisição de mais um produto da  
149 Implanta, com a qual o Sistema Conselhos tem desenvolvido uma relação de trabalho  
150 difícil. O que torna o produto da Implanta interessante é o fato de ele dialogar com  
151 várias outras plataformas da Implanta, por exemplo, o portal da Transparência pode  
152 buscar dados diretamente no sistema de contabilidade da Implanta, para aqueles CRPs  
153 que o adquiriram, já o sistema do CFP não tem como fazer isso. Sergio Luis Braghini  
154 (CFP) lembrou que o GT Financeiro tinha diversas demandas a tratar e essa seria uma  
155 delas, mas não foi possível em virtude de outras prioridades do GT. Sergio Luis  
156 Braghini (CFP) informou que em Apaf anterior, na aprovação do orçamento do CFP,  
157 foram tirados vários encaminhamentos para as reformulações orçamentárias, que  
158 deveriam contemplar algumas ressalvas como: fundo de apoio aos CRPs, detalhamento  
159 de plano de ações, detalhamento de repasse relativo ao Crepop – Centro de Referência  
160 Técnica em Psicologia e Políticas Públicas, fundo de seções, eleições, CNP – Congresso  
161 Nacional de Psicologia, demonstração da aplicação dos recursos e, da mesma forma, foi  
162 combinado que os CRPs deveriam enviar essas prestações de contas, entretanto, o CFP  
163 não recebeu. Sobre o fundo de apoio aos CRPs, Sergio Luis Braghini (CFP) explicou  
164 que em várias categorias profissionais se observa a desigualdade regional, refletindo a  
165 desigualdade do Brasil. Geralmente, sul e sudeste apresentam conselhos com situações  
166 financeiras mais favoráveis. Assim, o CFP realizou pesquisa e está providenciando  
167 estudo técnico, com o título provisório de Prodesu - Programa de Desenvolvimento  
168 Sustentável do Sistema Psi. A ideia é fazer um projeto para colocar uma proposta em  
169 diálogo com os CRPs. Neste momento, esse projeto está em análise pelo corpo técnico,  
170 jurídico e contábil, para que esteja em consonância com toda a legislação, que engloba a



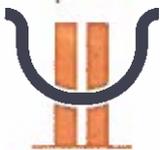
171 questão da transparência, pois as duas questões devem caminhar juntas. Aberta a  
172 palavra aos inscritos, Gabriela Gramkow (CRP-06/SP) informou ter preocupação com  
173 esse caminho lento do Sistema Conselhos de Psicologia, pois há uma determinação do  
174 TCU para que se apresente um plano até primeiro de setembro e até o momento não  
175 houve diálogo a respeito. Lembrou que todos são responsáveis e corresponsáveis pela  
176 execução do que o TCU determina e questionou porque não chamar uma reunião de  
177 tesoureiros sobre o assunto. Informou que em São Paulo, por exemplo, trabalharam o  
178 ano passado inteiro para atender a Lei de Acesso à Informação, a partir de diálogo com  
179 a CGU – Controladoria Geral da União, conforme informado na Apaf - Assembleia de  
180 Políticas, da Administração e das Finanças de dezembro. Agora o CRP-06/SP está com  
181 o site pronto para lançar em julho, quando foi surpreendido pelo registro do TCU. A  
182 categoria em São Paulo já pagou por uma integração do sistema Benner, um novo portal  
183 que foi previsto no planejamento estratégico de dois mil e dezesseis para lançar em  
184 julho. O CRP dialogou também com a Implanta, pelo interesse em integração dos dados  
185 do Portal da Transparência com os sistemas já adquiridos pelo CRP-06/SP, mas a  
186 resposta da Implanta foi de que estava atrasada num diálogo com o CFP sobre eleições.  
187 Gabriela Gramkow (CRP-06/SP) destacou preocupação em construir um  
188 encaminhamento conjunto de tesoureiros e técnicos de todos os CRPs e CFP o quanto  
189 antes possível. Alexandra Ximendes (CRP-07/RS) informou que no Planejamento  
190 Estratégico do Conselho do Rio Grande do Sul havia a previsão de um diálogo com  
191 outros Conselhos Regionais porque se verificou formas diferentes de trabalhar. Assim,  
192 houve encontro de tecnologia da informação, comunicação e área técnica dos CRPs da  
193 região sul, com a presença também do Conselho Regional de Minas Gerais e do  
194 Conselho Federal. Na ocasião, a questão da transparência surgiu como preocupação e  
195 houve vários questionamentos sobre os sistemas da Implanta. Há um entendimento de  
196 que o Sistema Conselhos de Psicologia acaba se tornando refém dessa empresa, porque  
197 os sistemas dela dialogam somente com sistemas dela e assim os CRPs devem adquirir  
198 cada vez mais sistemas dessa mesma fonte. Lembrou que os Conselhos pagam um valor  
199 considerável de manutenção mensal. Alexandra Ximendes (CRP-07/RS) agradeceu pela  
200 presença dos participantes do evento citado, chamando atenção especialmente para a  
201 necessidade de ouvir as demandas trazidas pelos trabalhadores sobre soluções de  
202 tecnologia que os CRPs e CFP precisam desenvolver para conseguir qualidade na  
203 prestação de serviços à categoria. Alexandra Ximendes (CRP-07/RS) perguntou sobre  
204 um déficit de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) que apareceu no



205 início da apresentação, esclarecendo não se lembrar se o valor sairia da Conta-  
206 Divulgação. Perguntou também se houve retorno a respeito da Auditoria. Gabriela  
207 Gramkow (CRP – 6º Região/SP) complementou que as contas do CFP foram aprovadas  
208 com ressalva, de modo que seria necessário o CFP apresentar para onde iria o repasse da  
209 revisão orçamentária. Neste momento, foram registradas as delegações do CRP-15  
210 (AL): Laeuzia Farias e José Félix Vilanova e CRP-08 (PR): Renata Campos Mendonça,  
211 Guilherme Bertassoni da Silva e Fernanda Rosseto Prizibella. Juliana Gomes de  
212 Figueiredo (CRP-16/ES) e Jureuda Guerra (CRP-10/PA-AP) informaram que o prazo  
213 dos CRPs para envio de documentos ao CFP era trinta e um de maio, assim, os CRPs  
214 que não responderam ainda estão dentro do prazo estipulado. Juliana Gomes de  
215 Figueiredo (CRP-16/ES) reiterou a preocupação colocada pela delegação de São Paulo  
216 sobre a necessidade de um encontro para viabilizar um trabalho conjunto para o Portal  
217 da Transparência. Jaira Rodrigues (CRP-12/SC) sugeriu um encaminhamento de  
218 encontro de tesoureiros e corpo técnico com vistas à padronização do Portal da  
219 Transparência e prazos do TCU. Sergio Braghini (CFP) concordou com a proposta de  
220 Jaira Rodrigues (CRP-12/SC) e sugeriu incluir também um cronograma de ações e  
221 indicação de data para a reunião de tesoureiros. Sobre os prazos do ofício enviado pelo  
222 CFP solicitando documentos aos CRPs, Sergio Braghini (CFP) explicou que houve um  
223 período, entre os anos de mil novecentos e noventa e nove e dois mil e quatorze,  
224 aproximadamente, em que foi decidido que o Tribunal de Contas não faria mais o  
225 controle externo dos Conselhos Profissionais. A partir desse momento, o Conselho  
226 Federal normatizou que ele próprio seria o controlador das contas dos Conselhos  
227 Regionais, estabelecendo inclusive um manual e é esse manual que determina o prazo  
228 de quinze de fevereiro para o envio dos documentos pelos CRPs. Em dois mil e  
229 quatorze, o Tribunal de Contas da União retomou o ato de fazer o controle externo e  
230 estabeleceu o prazo de trinta e um de maio para ele receber as prestações de contas e  
231 para atender a isso, o CFP precisa receber os documentos antes. Sobre a reformulação  
232 orçamentária, Sergio Braghini (CFP) lembrou que na discussão da Apaf de maio de dois  
233 mil e quinze havia uma reformulação orçamentária sobre o superávit de dois mil e  
234 quatorze que foi aportado para o Congresso Nacional de Psicologia e para as eleições.  
235 Na ocasião, se discutiu a possibilidade de aprovação do orçamento com ressalvas.  
236 Como isso não era possível do ponto de vista jurídico, essas ressalvas ficaram  
237 registradas para posterior discussão dos CRPs e CFP, após a apresentação de todos  
238 esses dados pelos CRPs. Agora com parte das informações apresentadas, o CFP informa



239 que cobriu o déficit de dois mil e treze com o superávit do CFP. Na Apaf, todos  
240 entenderam que a cobertura desse déficit não deveria sair da Conta-divulgação e o  
241 Conselho Federal então tem sanado esse débito a partir de sua própria conta, retirando  
242 da cota parte do Conselho Federal. Isso foi feito desde o início da gestão, em dois mil e  
243 quatorze, e continuará até dois mil e dezesseis, cobrindo assim o déficit deixado pela  
244 gestão anterior. Lembrou que parte desse déficit deve ser aportado urgentemente, pois  
245 era o fundo de contingência para processos resultantes de questões trabalhistas, que  
246 somam dez processos de reintegração que se encontram em última instância. À época, o  
247 valor original era de R\$ 1.230.000,00 (um milhão e duzentos e trinta mil), atualmente o  
248 valor é maior, pois está corrigido. Aberta nova rodada de manifestações, Alexandre  
249 Trzan (CRP-05/RJ) ressaltou a importância da reunião de tesoureiros para traçar  
250 estratégias para cumprir a legislação sobre o Portal da Transparência, destacando que  
251 muitos avanços se deram a partir desse espaço de discussão, como a campanha de  
252 arrecadação que culminou na redução da inadimplência; lembrou, a partir da fala de  
253 Sergio Braghini (CFP) sobre os processos relacionados à demissão de funcionários, da  
254 necessidade de discussão sobre o Regime Jurídico Único. Alexandre Trzan (CRP-  
255 05/RJ) perguntou se o CFP conseguiu implementar um Plano de Cargos, Carreiras e  
256 Salários - PCCS, pois no Rio de Janeiro há uma discussão a respeito, mas a  
257 possibilidade de grande impacto na folha de pagamento acaba por inviabilizar certas  
258 ações. Observou que no ano de dois mil e quinze a dotação inicial do CFP era de R\$  
259 3.443.000,00 (três milhões quatrocentos e quarenta e três mil reais) e depois foi  
260 atualizado para R\$ 5.627.000,00 (cinco milhões, seiscentos e vinte e sete mil reais) e foi  
261 realizado o valor de R\$ 5.619.000,00 (cinco milhões seiscentos e dezenove mil reais).  
262 Ou seja, da dotação inicial de dois mil e quinze para o que foi realizado há mais de R\$  
263 2.000.000,00 (dois milhões de reais), representando um impacto de 63% (sessenta e três  
264 por cento). Perguntou como isso foi planejado. Alexandre Trzan (CRP-05/RJ)  
265 questionou sobre o fato de o CFP ter gastado quase todo o valor da dotação de R\$  
266 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) para pagar hora extra, uma vez que isso pode  
267 significar que se necessita de mais contratações. Por fim, perguntou se o envio do  
268 orçamento para a prestação de contas do ano de dois mil e quinze é até o final do mês.  
269 José Novaes (CRP-05/RJ) perguntou se a arrecadação do CFP subiu de dois mil e  
270 quatorze para dois mil e quinze. Informou que no Rio de Janeiro a arrecadação subiu  
271 pouco, de modo que as despesas orçadas foram maiores que as arrecadadas, em virtude  
272 da inadimplência, que aumentou de 23% (vinte e três por cento) em dois mil e quatorze



273 para 32% (trinta e dois por cento) em dois mil e quinze. Perguntou sobre o prazo exato  
274 colocado pelo acórdão do TCU, de três meses, se ele se daria a partir de fevereiro ou de  
275 março. Sergio Braghini (CFP) respondeu o conjunto de questões, explicando que a  
276 última reunião de tesoueiros se deu em dezembro, mas discutiu apenas a situação  
277 delicada do CRP-01/DF e não foi possível discutir outras pautas. Em dois mil e  
278 dezesseis ainda não foi possível entabular nova reunião, visto que todos estão  
279 atribulados com os Coreps (Congressos Regionais de Psicologia) e CNP (Congresso  
280 Nacional de Psicologia). Sobre o PCCS, informou que é um processo. Ele esclareceu  
281 que quando esta gestão chegou ao CFP, havia a previsão de uma multa no Acordo  
282 Coletivo de Trabalho – ACT pela não implementação do PCCS, de modo que foi  
283 preciso negociar com o Sindicato, uma vez que havia sido contratada uma empresa para  
284 produzir o PCCS, mas esta não havia entregado o serviço. O CFP tomou conhecimento  
285 de que os diretores e os servidores nunca haviam sido escutados pela empresa  
286 contratada que estava formulando a proposta de PCCS. A partir disso, o CFP estipulou  
287 alguns princípios, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Havia muitos cargos  
288 comissionados e se avaliou quais eram realmente necessários para o bom andamento do  
289 trabalho e os demais deixaram de existir. Sergio Braghini (CFP) explicou que sobre as  
290 horas-extra, não há ocorrência no cotidiano, mas sim quando há reuniões, como Apafs,  
291 por exemplo, aos finais de semana, em que se ultrapassa o horário das dezenove horas  
292 para o encerramento. O assunto tem sido discutido com os servidores para buscar uma  
293 medida justa para as horas-extra e também sobre a possibilidade de banco de horas, mas  
294 não cabe ter um corpo funcional ampliado para atender exclusivamente essas reuniões,  
295 até porque há uma limitação física de espaço no CFP. Sobre o prazo para prestação de  
296 contas, Sergio Braghini (CFP) esclareceu que de acordo com a resolução do CFP, os  
297 CRPs devem entregar a prestação de contas até quinze de fevereiro e trinta e um de  
298 março é o prazo do TCU. Para responder o senhor José Novaes, a palavra foi passada a  
299 Rogério Reis (Assessoria CFP). Este explicou que o TCU enviou o mesmo ofício a  
300 todos os conselhos em que consta o prazo de noventa dias a contar da data do  
301 recebimento da comunicação, assim, o prazo a ser considerado vai depender da data em  
302 que cada CRP recebeu o documento. No caso do CFP, o ofício foi recebido em seis de  
303 março, então o CFP tem até seis de junho para apresentar uma proposta, ou seja,  
304 noventa dias, e mais cento e oitenta dias para a execução dessa proposta. Sergio  
305 Braghini (CFP) complementou que somente no dia sete de abril, no seminário do qual o  
306 CFP participou, se tomou conhecimento de que era necessário que o CFP e os CRPs



307 tivessem um sistema integrado do Portal da Transparência. Até então, o CFP estava  
308 desenvolvendo um *site* para o CFP e que poderia atender também os CRPs que tivessem  
309 interesse e aqueles CRPs de grande porte poderiam desenvolver seus portais da maneira  
310 que preferissem. Neste momento, Jaira Rodrigues (CRP-12/SC) registrou a saída de  
311 Alberto Orge (CRP-19/SE) e em seguida passou a palavra ao Anderson Comin (CRP-  
312 07/RS), o qual fez três questionamentos: sobre a prestação de contas, consta nas  
313 variações patrimoniais no campo lançado como multa sobre anuidades o valor de R\$  
314 1.591.657,50 (um milhão quinhentos e noventa e um mil seiscentos e cinquenta e sete  
315 reais e cinquenta centavos). No balanço financeiro está lançado como aplicações  
316 financeiras, o que dá a ideia de que seja algo como juros afins de aplicação. Perguntou  
317 se é o mesmo valor. Sobre as variações patrimoniais, consta um valor de R\$  
318 1.686.087,95 (um milhão seiscentos e oitenta e seis mil oitenta e sete reais e noventa e  
319 cinco centavos) que seria referente a transferências a instituições privadas sem fins  
320 lucrativos. Perguntou que rubrica seria essa. Sobre o Portal da Transparência,  
321 questionou sobre os valores para a aquisição de mais um sistema da Implanta e se seria  
322 um pacote totalmente integrado e que pudesse se negociar para todos os Conselhos  
323 Regionais. Passada a palavra ao próximo delegado (não identificado) inscrito, este  
324 informou que no ofício do TCU consta a informação de que o Conselho Federal seria o  
325 responsável pelo encaminhamento desse ofício aos Conselhos Regionais, diante disso,  
326 perguntou como seria a contagem do prazo. Rodrigo Acioli Moura (CRP-05/RJ)  
327 informou que em contato com o contador de seu CRP confirmou que existe a prestação  
328 de contas e em breve reencaminhará ao CFP. Passada a palavra ao CFP para responder  
329 as dúvidas, Sergio Braghini (CPF) explicou que, em relação à Implanta, o CFP estava  
330 preocupado com os contratos estabelecidos com essa empresa que são sempre infinitos  
331 e também estabelecem certas relações que dificultam o trabalho. Por exemplo, o CRP-  
332 08/PR tinha solicitado uma alteração na base de dados e a Implanta respondeu que  
333 dependeria do Conselho Federal. Diante disso, o CRP-08/PR questionou porque  
334 precisaria fazer um contrato diretamente com a Implanta se dependeria do CFP. Outro  
335 fator foi em relação ao CRP-01/DF, que quando assumiu a gestão, logo que venceu o  
336 contrato de prestação de serviço, havia um aumento imenso para o custo de manutenção  
337 dos programas que a Implanta tinha nesse Conselho Regional. A Cynthia Ciarallo,  
338 presidente do CRP-01/DF, relatou essa situação e o CFP imediatamente se reuniu com a  
339 Implanta para rever esses valores e ficou combinado que a Implanta apresentaria a  
340 forma de cobrança estabelecida para cada CRP, informando que critério era utilizado, se



341 era a partir da quantidade de inscritos ou de outra forma. Assim, destacou que está na  
342 hora de os tesoureiros estabelecerem regras, para se buscar mais equidade. Em relação  
343 ao Portal da Transparência, se a solução for adquirir mais uma ferramenta da Implanta,  
344 que haja critérios para a aquisição para todo o Sistema Conselhos de Psicologia de  
345 maneira uniforme. Sobre o encaminhamento do ofício do TCU, Sergio Braghini (CFP)  
346 explicou que coube ao CFP oficial os CRPs, o CFP apenas copiou o ofício e replicou  
347 aos CRPs. Rogério Reis (Assessoria CFP) complementou que os Conselhos Regionais  
348 também receberam o ofício diretamente do TCU, como o do Rio de Janeiro e Goiás,  
349 assim, o prazo que vale é a contar da data de recebimento do ofício do TCU e não a  
350 partir do reencaminhamento do ofício pelo CFP. Sobre o outro questionamento, Rogério  
351 Reis (Assessoria CFP) informou que iria projetar um documento analítico para facilitar  
352 a compreensão. Jaira Rodrigues (CRP-12 /SC) perguntou se são consideradas como  
353 instituições privadas sem fins lucrativos esses convênios do Crepop e da Universidade  
354 do Rio Grande do Norte. Rogério Reis (Assessoria CFP) explicou que o plano de contas  
355 público é unificado para todo o governo, assim, o CFP segue o PCASP - Plano de  
356 Contas Aplicadas ao Setor Público, que é padronizado e nem sempre a nomenclatura da  
357 rubrica corresponde às atividades do CFP e dos CRPs. Esse plano é o mesmo utilizado  
358 pelo Ministério da Fazenda, Ministério das Comunicações e toda a esfera pública, então  
359 não é possível alterar as nomenclaturas, mas ao se abrir a conta é possível ver  
360 analiticamente todos os repasses. Aberta a última rodada de inscrições para  
361 esclarecimentos, Juliana Gomes de Figueiredo (CRP-16 /ES) retomou a fala de Sergio  
362 Braghini (CFP) a respeito da pesquisa iniciada pelo CFP, a qual indica que o Sudeste  
363 tem Conselhos ricos, e informou que o CRP-16/ES não está nesse contexto. Assim,  
364 destacou a importância de pensar em soluções para isso. Lembrou que no sétimo CNP  
365 era definido que os CRPs que contavam com até 3.000 (três mil) psicólogos inscritos  
366 seria um CRP de pequeno porte, os CRPs que tinham de 3.001 (três mil e um) a 10.000  
367 (dez mil) psicólogos inscritos seria um CRP de médio porte e a partir de 10.001 (dez mil  
368 e um) psicólogos inscritos, seria um CRP de grande porte. Hoje, o CRP-16 tem em  
369 torno de 5.200 (cinco mil e duzentos) psicólogos inscritos, porém apenas 3.900 (três mil  
370 e novecentos) estão ativos e a arrecadação está em 43% (quarenta e três por cento). Ou  
371 seja, na prática, o CRP-16/ES seria como um CRP de pequeno porte. Isso é preocupante  
372 e há outros Conselhos na mesma situação, como os CRPs 10/PA/AP, 13/PB, 14/MT e  
373 15/AL. Juliana Gomes de Figueiredo (CRP-16/ES) sugeriu então alterar esse critério  
374 para arrecadação e despesa, destacando preocupação com os repasses relativos aos



Conselho  
Federal de  
Psicologia

375 Coreps, uma vez que o CRP-16/ES não sabe se será considerado como CRP pequeno ou  
376 médio. Ela fez a seguinte proposta de encaminhamento: os Conselhos Regionais que  
377 tiveram no ano anterior um superávit até R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), haverá  
378 100% (cem por cento) de apoio do Conselho Federal; os Conselhos Regionais que  
379 tiveram no ano anterior superávit de R\$ 500.001,00 (quinhentos mil e um reais) a R\$  
380 800.000,00 (oitocentos mil reais), haverá 50% (cinquenta por cento) de apoio do  
381 Conselho Federal; e para os Conselhos Regionais que tiveram no ano anterior um  
382 superávit acima de R\$ 801.000,00 (oitocentos um mil reais) não haverá apoio financeiro  
383 do Conselho Federal; com isso, os Conselhos com déficit orçamentário ou financeiro  
384 terão, automaticamente, o apoio de 100% (cem por cento) do CFP. Ana Sandra (CRP-  
385 13/PB) sugeriu que a proposta Juliana Gomes de Figueiredo (CRP-16/ES) fosse levada  
386 para a reunião de tesoureiros. Ela também informou que a gerente do CRP-13/PB  
387 encaminhou e-mail ao CFP no final de abril bem como encaminhou os materiais via  
388 correio físico e pediu conferência da equipe do CFP. Passada a palavra ao CFP para  
389 responder as últimas questões, Rogério Reis (deu continuidade à resposta ao Anderson  
390 Comin (CRP-07/RS), explicando que em uma das demonstrações o balanço financeiro  
391 está com a nomenclatura errada, e isso será corrigido com a Implanta, mas são  
392 aplicações financeiras. Na verdade não são multas de anuidade, são aplicações  
393 financeiras, é o rendimento do dinheiro aplicado. Sergio Braghini (CPF) dialogou com  
394 Juliana Gomes de Figueiredo (CRP-16/ES) informando que o que ela colocou também  
395 é uma preocupação do Conselho Federal, por isso, o CFP está desenvolvendo o plano de  
396 desenvolvimento (Prodezu) e pretende contemplar essa e outras situações, para  
397 apresentar aos tesoureiros. Todas as propostas feitas foram registradas para a mesa para  
398 seguirem como pauta da reunião de tesoureiros: retomar as reuniões de tesoureiros, para  
399 balizar assuntos administrativos/financeiros de interesse do Sistema Conselhos de  
400 Psicologia; articular um diálogo coletivo do Sistema Conselhos de Psicologia para  
401 esclarecimentos e alinhamento sobre o Portal da Transparência; o CFP deve agendar  
402 reunião "com urgência" para encaminhamento e operacionalização das demandas  
403 administrativas e financeiras apresentadas nas proposições anteriores; o CFP deve  
404 dialogar com o Conselho de Arquitetura e Urbanismo para buscar informações sobre o  
405 sistema da Implanta, com vistas a baratear custos dos contratos e pensar um contrato  
406 unificado do Sistema Conselhos de Psicologia; avaliar a proposta do CRP-16 e realizar  
407 estudos sobre a revisão dos critérios para definição sobre tamanho dos CRPs para fins  
408 de recebimento de recursos da Conta-Divulgação. Em seguida a Mesa Diretora colocou



409 em votação a prestação de contas do CFP, que foi aprovada por trinta e nove votos e  
410 uma abstenção do CRP-10/PA/AP. Foi encaminhada também a proposta de realizar um  
411 encontro de Tesoureiros e Corpo Técnico (Administrativo e Financeiro), com vistas à  
412 padronização do Portal Transparência e cumprimento dos prazos do TCU para  
413 acontecer logo após o CNP. A delegação do CRP-15/AL registrou uma declaração de  
414 voto de apoio à proposta majoritária que foi aprovada, esclarecendo que não pôde votar  
415 porque chegou quando o ponto já havia iniciado. A delegação do CRP-08/PR registrou  
416 que não pôde votar porque não estava presente no início da discussão e justificou o  
417 atraso para a reunião. Enquanto todos se organizavam para passar ao próximo ponto de  
418 fala, a Mesa concedeu a palavra rapidamente à Daniele Carmo Queiroz (CRP-03/BA)  
419 para um informe. Ela explicou que há uma carta aberta em defesa da política de  
420 assistência social que foi uma iniciativa dos trabalhadores do MDS – Ministério do  
421 Desenvolvimento Social e Combate à Fome, para amanhã ser entregue ao Congemas -  
422 Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social e propôs a assinatura  
423 da carta pelo Sistema Conselhos de Psicologia. A delegação do CFP informou que já  
424 assinara a nota, pois ele compõe uma das frentes da assistência social, assim a decisão  
425 caberia apenas aos CRPs, uma vez que o CFP já concorda. Foi combinado que a carta  
426 circularia para todos e se voltaria em outro momento para a apreciação e  
427 encaminhamento. Passado ao ponto **5.2. Valor máximo das anuidades para o**  
428 **exercício de 2017**, Rogério Reis (Gerente Administrativo-Financeiro do CFP) explicou  
429 que a Lei 12.514/2011 (doze mil quinhentos e quatorze de dois mil e onze), que trata  
430 das anuidades do sistema, estabelece uma correção anual pelo INPC – Índice Nacional  
431 de Preços ao Consumidor e IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Então  
432 o CFP fez a correção com os índices de maio de dois mil e quinze a abril de dois mil e  
433 dezesseis, que deu o percentual inflacionário de 9,83% (nove vírgula oitenta e três por  
434 cento). Assim, o valor de dois mil e quinze que era de R\$ 540,56 (quinhentos e quarenta  
435 reais e cinquenta e seis centavos) passou do teto de Pessoa Física para R\$ 593,70  
436 (quinhentos e noventa e três reais e setenta centavos). O fundo de seções que era de R\$  
437 5,56 (cinco reais e cinquenta e seis centavos), com essa correção, passou para R\$ 6,11  
438 (seis reais e onze centavos). Para Pessoa Jurídica, a definição se dá de acordo com o  
439 Capital Social e aplicando a mesma correção, para quem tem capital de até R\$  
440 50.000,00 (cinquenta mil reais), ficou o valor de R\$ R\$ 680,76 (seiscentos e oitenta  
441 reais e setenta e sete centavos); para quem tem Capital Social entre R\$ 50.000,00  
442 (cinquenta mil reais, e R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), ficou o valor de R\$ (R\$



443 1.355,41) (mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e um centavos); para quem  
444 tem capital entre R\$ R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) e R\$ 500.000,00 (quinhentos  
445 mil reais), ficou o valor de R\$ 2.030,06 (dois mil e trinta reais e seis centavos); para  
446 quem tem capital entre R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) e R\$ 1.000.000,00 (um  
447 milhão de reais), ficou o valor de R\$ 2.704,71 (dois mil e setecentos e quatro reais e  
448 setenta e um centavos); para quem tem capital de R\$ 1.000.001,00 (um milhão e um  
449 real) a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), fica o valor de R\$ 3.379,37 (três mil  
450 trezentos e setenta e nove reais e trinta e sete centavos); para quem tem capital entre R\$  
451 2.000.001 (dois milhões e um real) e R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), fica o  
452 valor de R\$ 4.054,02 (quatro mil e cinquenta e quatro reais e dois centavos); e para  
453 quem tem capital acima de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), fica o valor de R\$  
454 5.403,33 (cinco mil quatrocentos e três reais e trinta e três centavos). Assim, aqui se  
455 definem os limites e o valor exato é determinado em cada assembleia dos Conselhos  
456 Regionais. Em regime de votação, a tabela de valores apresentada pelo CFP foi  
457 aprovada por unanimidade. **5.3 GT de Assuntos Financeiros: Sergio Braghini (CPF)**  
458 lembrou que chegou um pedido de inclusão de pauta do CRP-01/DF após todo o  
459 material já ter sido encaminhado aos CRPs, por isso, ele seria incluído na hora. A Mesa  
460 Diretora esclareceu que neste momento não é possível mudar a delegação, visto que o  
461 assunto ainda é parte dos pontos financeiros. A delegação do CRP-01/DF esclareceu  
462 que continua com a mesma delegação para votar, mas trouxe uma pessoa como  
463 convidada para auxiliar na apresentação do ponto. Carolina Maria Fernandes (CRP-  
464 01/DF) expôs que o encaminhamento dado até o momento à situação do Conselho  
465 Regional, de recebimento de apoio via conta-divulgação, é positivo na visão da gestão  
466 do CRP. Lembrou que há materiais para a discussão da constituição de um fundo de  
467 apoio aos CRPs e falou do desafio que o Sistema Conselhos de Psicologia tem a  
468 enfrentar para disponibilizar o apoio para uma questão de saneamento de um de seus  
469 entes, uma vez que o CRP-01/DF teve sua autonomia financeira impactada por um  
470 concurso público em 2012, que foi feito sem a devida dotação orçamentária, bem como  
471 a utilização de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) de superávit, por  
472 dois anos consecutivos, trazendo todo esse difícil cenário que já tem sido debatido nas  
473 Apafs, de modo que não se trata apenas da discussão de um PDV- Plano de Demissão  
474 Voluntária, mas há outras implicações e a mesma situação pode ocorrer com outros  
475 CRPs em decorrência de ações de gestões anteriores. Ela solicitou uma decisão até o  
476 final deste ano, pois o saneamento das dificuldades do CRP se dará a longo prazo. As



477 dificuldades do CRP não serão resolvidas hoje. Destacou que o CRP-01/DF tomou  
478 todas as medidas necessárias no sentido de economicidade, mantendo permanente  
479 diálogo com os órgãos controladores; reduzindo drasticamente as despesas; fazendo o  
480 realinhamento da composição salarial com base no PCCS – Plano de Cargos, Carreiras  
481 e Salários, objetivando a redução de causas trabalhistas; estabelecendo lisura nos  
482 processos licitatórios; abrindo processo de responsabilização da gestão anterior;  
483 implementando a redução dos cargos comissionados de cinco para um. Embora todas  
484 essas medidas tomadas ao longo dessa gestão, em nenhum momento houve  
485 comprometimento da atividade fim do CRP-01/DF. Em dezembro houve reunião do GT  
486 e foi definido em Apaf a solicitação de uma reformulação do PDV e ele foi entregue na  
487 data deliberada. Haja vista o cumprimento de todas as deliberações desse coletivo, o  
488 CRP-01/DF solicitou de forma imediata a continuidade aos encaminhamentos da Apaf  
489 de dezembro de 2015, conforme decisões do GT financeiro, bem como discussão dos  
490 termos para a construção do fundo de apoio aos CRPs, a partir da construção de um  
491 cronograma para um apoio ao CRP-01/DF. Abertas as inscrições, Guilherme Bertassoni  
492 da Silva (CRP-08/PR) lembrou que o CRP-01/DF fez uma solicitação cobrando  
493 devolutiva do GT de Assuntos Financeiros e o CRP-06/SP e o CRP-08/PR responderam  
494 com entendimento semelhante, de que o CRP-01/DF cumpriu com o que foi  
495 estabelecido. Havia uma dúvida sobre a demissão de funcionários via PDV, se  
496 implicaria nova contratação e se não causaria prejuízo nas atividades do CRP. Diante  
497 disso, pediu manifestação dos outros CRPs e do CFP que fazem parte do GT de  
498 Assuntos Financeiros, para dar as devolutivas pendentes. José Novaes (CRP-05 /RJ)  
499 agradeceu pela apresentação clara do CRP-01/DF e lembrou que na Apaf de dezembro  
500 de dois mil e quinze foi estabelecido um cronograma detalhado que não foi apresentado.  
501 De acordo com esse cronograma, o CRP-01/DF deveria apresentar um novo PDV até o  
502 dia oito de janeiro e ele efetivamente o apresentou. Informou que viu o documento e os  
503 valores estavam diferentes entre o primeiro PDV apresentado e o último, de modo que o  
504 último, reformulado, tinha as despesas reduzidas pela metade. Sueli Francisca Vieira  
505 (CRP-01/DF) pediu que todas as questões de forma detalhada fossem discutidas pelo  
506 GT de Assuntos Financeiros, de modo que seja deliberado em Apaf apenas o apoio ao  
507 CRP-01/DF via conta-divulgação. Norma Celiane Cosmo (CRP-14/MS) informou que  
508 participou da reunião do GT e gostaria que agora o CFP apresentasse o cronograma  
509 citado pela delegação do Rio de Janeiro. Pediu encaminhamentos, uma vez que a  
510 reunião do GT foi exaustiva e o CRP-01/DF cumpriu com a parte que lhe cabia. Sergio

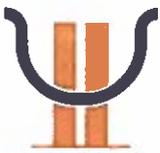


511 Braghini (CFP) informou que havia sim um cronograma, em que ficou estabelecido que  
512 o CRP-01/DF deveria apresentar o PDV até o dia oito de janeiro. Lembrou que a  
513 assessoria jurídica do CRP-06/SP prestou auxílio sobre uma série de questões que  
514 deveriam ser elencadas nesse plano. Recebido o PDV, ele foi encaminhado a todos os  
515 CRPs, para contribuições. No dia onze de janeiro o CFP encaminhou novamente a todos  
516 os CRPs e não recebeu até o momento nenhuma contribuição dos Conselhos Regionais.  
517 A única contribuição que chegou foi do CRP-06/SP no dia dez de maio e o CRP-08/PR  
518 encaminhou um questionamento. O princípio político estabelecido foi que o fundo de  
519 auxílio aos CRPs se dê via conta-divulgação e possa também analisar o caso do CRP-  
520 01/DF, dentro desses critérios, frente a essa situação que o CRP enfrentava. O princípio  
521 político foi cumprido, mas para que se possa efetivá-lo, há uma série de normas legais a  
522 serem cumpridas. Assim, o CFP está aguardando as contribuições que não vieram, para  
523 fazer nova reunião e novos encaminhamentos. O CFP está cumprindo o cronograma  
524 estabelecido. Rodrigo Acioli Moura (CRP-05/RN) registrou que enviou e-mail ao CFP  
525 perguntando quando seria o encontro do GT para poder definir novas ações e o  
526 funcionário do CFP respondeu que não sabia, e que Rogério Reis estava saindo de férias  
527 na época. Guilherme Bertassoni da Silva (CRP-08/PR) reiterou que o CFP também faz  
528 parte do GT e que a responsabilidade é de todos. Lembrou que no e-mail do dia onze de  
529 janeiro se falava sobre a necessidade de análise técnica dos documentos e estudo da  
530 viabilidade jurídica do proposto. Falou da necessidade de todos os componentes do GT  
531 encaminharem suas análises. Sueli Francisca Vieira (CRP-01/DF) reafirmou a proposta  
532 de marcar uma reunião do GT para a construção de um cronograma e discussão dos  
533 critérios para o fundo de apoio aos CRPs, diante da ausência de respostas mais  
534 concretas. Sergio Braghini (CFP) informou que o CFP fez sua análise técnica e está  
535 aguardando os CRPs para marcar nova reunião. Destacou que não havia como fazer  
536 uma reunião a partir das contribuições do CFP apenas, porque o GT de Assuntos  
537 Financeiros determinou que cada Regional faria a sua análise sobre o PDV e  
538 encaminharia, visto que havia, inegavelmente, dentro do campo político uma série de  
539 desconfianças em relação à análise do Conselho Federal. Diante da ausência de  
540 respostas dos CRPs do GT de Assuntos Financeiros, o tema não avançou. Ele lembrou  
541 que a conta-divulgação está normatizada pela Resolução CFP nº 03/2007, que institui a  
542 consolidação das resoluções do CFP, que em seu artigo setenta e um determina que para  
543 que possamos fazer essa viabilidade, é necessário ter, então, o acordo por princípio  
544 político dos Conselhos Regionais, para depois encontrar as contribuições e as limitações

legais sobre isso, para como fazê-lo. Assim, a proposta do PDV existe, o processo está  
546 iniciado, mas é necessário fazer as devidas análises legais, implicadas no processo de  
547 demissão voluntária, que incluem outras questões elencadas, como conversas com  
548 sindicato, conversas com os servidores, para depois se chegar à implementação. E,  
549 como psicólogos, é preciso avaliar também os efeitos desse PDV, pois as últimas  
550 pesquisas e estudos nessa área mostram casos de suicídios elencados. Gabriela  
551 Gramkow (CRP-06/SP) informou que todos trabalham aqui em um coletivo, assim, não  
552 entende que em nome de algum conflito ou dúvida não se possa compartilhar o que o  
553 CFP produziu. Lembrou que em relação ao GT de Conciliação, cada CRP foi  
554 produzindo seus saberes a seu tempo e todos foram construindo coletivamente.  
555 Lembrou que o advogado do CFP, Victor Neiva, apresentou rapidamente dados para o  
556 trabalho do GT de Conciliação, assim, pediu o agendamento de uma reunião para fazer  
557 o que for preciso. Sueli Vieira (CRP-01/DF) informou que a discussão está se  
558 estendendo demasiadamente, uma vez que não é a primeira vez que o CRP-01/DF traz  
559 esse ponto e fica sempre aguardando essas análises que não chegam. Destacou que o  
560 CRP-01/DF cumpriu com o que foi estabelecido e agora aguarda uma decisão concreta.  
561 Ressaltou que não há mais condições de postergar uma ação objetiva no CRP-01/DF.  
562 Mariza Monteiro Borges (CFP) citou a fala da delegação do CRP-06/SP sobre uma  
563 tentativa de responsabilização, um clamor pelo CRP-01/DF, como se houve  
564 desconhecimento de que o CRP-01/DF é parte do Sistema Conselhos de Psicologia.  
565 Destacou que é feita uma análise inadequada de atribuição de causalidade. Ressaltou  
566 que é do CRP-01/DF, inscrita desde a primeira hora, com número de registro número  
567 oitenta e três; de modo que serviu a esse Conselho, trabalhou por ele, foi presidente em  
568 uma gestão incompleta e outra completa, e de maneira alguma teria qualquer motivo  
569 para não reagir em relação a situação do CRP-01/DF. Lembrou que a decisão foi  
570 coletiva de que haveria um grupo de trabalho para tratar da situação do CRP-01/DF e  
571 perguntou por que agora a participação do Conselho Federal nesse GT passa a ser uma  
572 unidade mais importante de um conjunto maior. Em nome da contribuição igualitária de  
573 todos os membros do GT, em nome da autonomia que o GT tem de se convocar, em  
574 nome da igualdade de participação, repudiou a fala de que o Conselho Federal não fez  
575 nada pelo CRP-01/DF. Gabriela Gramkow (CRP-06/SP) informou que a interpretação  
576 feita pelo CFP foi equivocada. Explicou que no GT de Conciliação o CRP-06/SP  
577 estava mais apropriado e ele apresentou um produto inicial, pois os demais  
578 apresentaram cada um a seu tempo, com sua singularidade e foi construído um trabalho



coletivo. Destacou que todos são corresponsáveis por essa situação, mas questiona por  
580 que o CFP não compartilhou a sua análise. Ingrid Pereira Quintão (CRP-01/DF)  
581 reiterou as propostas de encaminhamento trazidas pelo CRP-01/DF: apoio ao CRP-  
582 01/DF, via conta-divulgação; reunião presencial do GT, o mais breve possível;  
583 definição de data para a construção do cronograma de apoio ao CRP-01/DF e  
584 cronograma de construção do fundo a ser apresentado na Apaf de dezembro de 2016.  
585 Sergio Braghini (CPF) esclareceu que encaminhou o material do CRP-01/DF para  
586 análise do setor técnico e depois para o setor jurídico, isso em fevereiro e março. Em  
587 seguida, isso passou pela plenária do CFP, então, com todo o processo a análise ficou  
588 pronta em maio, mas ao mesmo tempo o CFP aguardava também posicionamento dos  
589 CRPs. Assim, essa análise do CFP não deixou de ser compartilhada com os CRPs  
590 deliberadamente, não foi por não pensar de forma coletiva, é tudo um processo, uma  
591 forma de coordenação possível para viabilizar os trabalhos. Informou que da mesma  
592 maneira que o CFP, vários Conselhos Regionais também tinham uma série de questões  
593 importantes a tratar que não puderam dar conta, e não por falta de vontade política,  
594 talvez por limitações técnicas no decorrer do processo que o Sistema Conselhos tem  
595 vivido, seja com Coreps ou com eleições e não por descaso. Quando o CRP enviou o  
596 PDV, ele informou que o CRP já havia conseguido sanar, naquele momento, suas  
597 contas em função da venda de uma das salas e foi possível lidar com isso. Sergio  
598 Braghini (CPF) explicou que não é mais o tesoureiro do CFP, mas ainda assim se  
599 comprometeu a encaminhar a análise do Conselho Federal a todos os CRPs após  
600 consultar a plenária do CFP. Pediu dedicação de todos os CRPs para realizarem suas  
601 análises também para apresentação na próxima reunião de tesoueiros, que está marcada  
602 para logo depois do CNP. Em votação, foram provados por trinta votos e quatro  
603 abstenções do CRP-09/GO e do CFP os seguintes encaminhamentos: agendar em  
604 caráter de urgência reunião presencial com o GT financeiro simultaneamente à Reunião  
605 de Tesoueiros, para dar prosseguimento ao cronograma estabelecido para apoio  
606 financeiro ao CRP-01/DF, com data provável na semana seguinte ao CNP (entre os dias  
607 vinte e vinte e seis de junho de dois mil e dezesseis); o GT financeiro construirá  
608 estratégias de apoio institucional ao CRP-01/DF, a partir dos recursos da conta-  
609 divulgação na reunião presencial, para ser apresentada até o dia trinta de julho. As  
610 propostas de encaminhamento feitas pelo CRP-01/DF foram registradas para a pauta da  
611 reunião: apoio ao CRP-01/DF via conta-divulgação; reunião presencial do GT de  
612 Assuntos financeiros, para análise e construção do apoio ao CRP-01/DF e aprovação do



613 PDV; cronograma de construção do fundo de apoio para os CRPs, a ser apresentado na  
614 Apaf de dezembro. Diante da proximidade do horário do almoço, a Mesa Diretora  
615 sugeriu não iniciar outro ponto da pauta e foi definido que todos votariam a respeito das  
616 duas notas que circularam entre os delegados pela manhã. Assim, a Carta Aberta de  
617 Defesa ao SUAS – Sistema Único de Assistência Social foi aprovada por unanimidade e  
618 a Carta de Resistência à Desarticulação do PAI-PJ (Programa de Atenção Integral ao  
619 Paciente Judiciário Portador de Sofrimento Mental) em Minas Gerais foi aprovada com  
620 quarenta e dois votos e uma abstenção do CRP-21/PI. Foi feito intervalo para o almoço  
621 com previsão de retorno às quatorze horas e trinta minutos. Após o almoço foi conferida  
622 a delegação para retomar os trabalhos: CRP-01/ DF: Luiza Maria Rocha Pereira e  
623 Carolina Maria Fernandes; CRP-02/PE: Cristiane Menezes Almeida e Murilo Tolêdo  
624 Calafange; CRP-03/BA: Daniele Carmo Queiroz e Clarissa Paranhos Guedes; CRP-  
625 04/MG: Túlio Louchard Picinini Teixeira; CRP-05/RJ: José Novaes, Jane Calhau  
626 Mourão e Juraci Brito da Silva; CRP-06/SP: Aristeu Bertelli da Silva, Gabriela  
627 Gramkow e Dario Henrique Teófilo Schezzi, CRP-07/RS: ausente; CRP-08/PR:  
628 Fernanda Rosseto Prizibela, André Luiz Vendel e Renata Campos Mendonça; CRP-  
629 09/GO: Handersenn Shouzo Abe e Simone Minasi; CRP-10/PA/AP: Leticia Gardenia  
630 Carvalho dos Prazeres e Joao Jorge Neto; CRP-11/CE: Diego Mendonça Viana e  
631 Aluisio Ferreira de Lima; CRP-12/SC: Jaira Terezinha da Silva Rodrigues, Anderson  
632 Luis Schuck e Giuliana de Rogerius C. Leandro Remor; CRP-13/PB: Ana Sandra  
633 Fernandes Arcoverde Nóbrega e Suenny Fonseca de Oliveira; CRP-14/MS: Fernando  
634 Faleiros de Oliveira e Simone Grisólia Monteiro; CRP-15/AL: ausente; CRP-16/ES:  
635 ausente; CRP-17/RN: Daniela Bezerra Rodrigues; CRP-18/MT: Marisa Helena Alves;  
636 CRP-19/SE: ausente; CRP-20/AM/AC/RR/RO: Magaly Silva de Oliveira e Lígia Maria  
637 Duque Jonhson de Assis; CRP-21/PI: José Augusto Santos Ribeiro; CRP-22/MA:  
638 Nelma Pereira da Silva; CRP-23/TO: ausente; CFP: Mariza Monteiro Borges, Sergio  
639 Luis Braghini e João Baptista Fortes de Oliveira. **6. Conciliação:** João Baptista Fortes  
640 de Oliveira (CFP) iniciou a apresentação do ponto, informando que o GT foi editado na  
641 Apaf de 2014, com CRPs 06/SP, 08/PR, 12/SC, 14/MS e CFP, com vistas a esclarecer  
642 melhor a diferença conceitual entre conciliação, mediação, estudar os modelos e a  
643 possibilidade do TAC – Termo de Ajuste de Conduta. Neste momento, a delegação do  
644 CRP-07/RS perguntou se ainda poderia participar do ponto e a Mesa propôs que após a  
645 apresentação do ponto se conferisse a delegação novamente. Gabriela Gramkow (CRP-  
646 06/SP) solicitou sua saída. A delegação foi conferida novamente e foram incluídas as



Conselho  
Federal de  
Psicologia

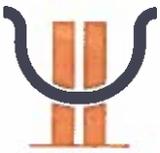
647 delegações do CRP-15/AL: José Félix Vilanova Barros e Everton Fabrício Calado;  
648 CRP-07/RS: Ana Paula Denis Ferraz, Luciane Engel e Anderson Laurindo da Silva  
649 Comin; CRP-20/ AM/AC/RR/RO: Gibson Alves dos Santos e Clorijava de Oliveira  
650 Santiago Junior. João Baptista Fortes de Oliveira (CFP) passou a palavra à Gabriela  
651 Gramkow (CRP-06/SP) também membro do GT. Ela informou que o GT realizou  
652 reunião presencial em que avaliou os destaques colocados na Apaf e foi reformulada  
653 uma nova minuta de resolução. Ela sugeriu a leitura do documento com a sistemática de  
654 destaques para debate ao final. Ressaltou que a novidade na minuta de resolução é um  
655 anexo que foi feito com base no Código de Ética. José Novaes (CRP-05/RJ) lembrou  
656 que haverá necessidade de alteração no Código de Processamento Disciplinar – CPD e  
657 não apenas Código de Ética. Gabriela Gramkow (CRP-06/SP) esclareceu que as  
658 alterações todas serão no CPD, já o anexo é um conteúdo novo, que os CRPs receberam  
659 antes desta Apaf e que foi construído em consonância com o Código de Ética. Foi  
660 realizada a leitura do documento e foram feitos destaques nos pontos solicitados. Neste  
661 momento, conforme combinado anteriormente foram verificadas as delegações que  
662 gostariam de fazer alguma substituição: CRP-04/MG: acrescentou Marília de Oliveira e  
663 Roberto Chateaubriand Domingues; CRP-16/ES: Juliana Gomes de Figueiredo e Sheila  
664 de Oliveira L. da Silva. Abertas as inscrições, Luciane Engel (CRP-07/RS) pediu  
665 reflexão sobre o porquê de ter um Código de Ética específico no Sistema Conselhos,  
666 uma vez que já existem outros códigos. Ela questionou como iria se proceder no caso de  
667 falta ética por parte do mediador. A que Código seria atribuída a questão, ao Código do  
668 psicólogo ou ao Código do mediador? Ou ao Código de Ética do mediador psicólogo?  
669 Sugeriu repensar. Nelma Pereira (CRP-22AM/AC/RR/RO) pediu esclarecimentos em  
670 relação à formação do mediador. Em seguida, destacou que o mediador terá custos para  
671 ele e no processo disciplinar não há como pagar os custos das pessoas que estão  
672 atuando. Concordou com a observação feita pela delegação do Rio Grande do Sul,  
673 entendendo que já há um Código de Ética que deve reger toda e qualquer atuação da  
674 pessoa no âmbito do Sistema Conselhos, e da profissão também. Por último, informou  
675 que o artigo sessenta e nove trata das penalidades, e perguntou se esse item passou por  
676 alguma revisão em relação ao que já diz o Código de Processamento Disciplinar, porque  
677 acredita que o que está sendo definido como penalidade, pode não ser suficiente para  
678 algumas situações, visto que ou ela é branda demais ou ela é rígida demais. Túlio  
679 Picinini (CRP-04/MG) perguntou o que seria mediador flexível e indicou que não  
680 caberia essa adjetivação no texto. Sugeriu retirar as adjetivações e permanecer apenas a



681 descrição da função do mediador. Sobre o Código de ética do mediador, sugeriu refletir  
682 em que casos ele é aplicável já que essa pessoa não é necessariamente psicólogo. E a  
683 partir disso deveria se pensar em como trabalhar com instituições parceiras que se  
684 disponibilizassem a aderir a um código, ou algo do gênero. Colocou a questão para  
685 pensar, mas destacou não saber ainda qual seria o melhor encaminhamento. Passada a  
686 palavra ao GT para as respostas, Gabriela Gramkow (CRP-06/SP), informou, sobre as  
687 adjetivações, que é simples de resolver as adjetivações, que podem ser retiradas, já que  
688 a descrição é suficiente. Sobre o CPD, em nenhum momento houve qualquer alteração  
689 do CPD, nem em relação às penalidades nem em relação a outras questões, o GT  
690 somente colocou o texto de fundo para que ficasse claro como o texto sobre a mediação  
691 entrava na alteração do CPD, para que todos compreendessem a inclusão do tema dentro  
692 do CPD. Nádia Maria Dourado Rocha (CFP), também membro do GT, complementou  
693 que foi solicitada inclusão na pauta desta Apaf de um grupo para revisão do CPD.  
694 Gabriela Gramkow (CRP-06/SP) seguiu explicando que o GT de Mediação não entrou  
695 na esfera da discussão do CPD, porque não cabia como tarefa deste GT. Com relação ao  
696 custo dentro da resolução, o GT incluiu que o mediador receberia uma ajuda de custo  
697 que seria circunscrita e de acordo com a singularidade de cada Regional. Por exemplo,  
698 em São Paulo, as pessoas que atuam na Comissão de Instrução, dentro da COE –  
699 Comissão de Orientação e Ética, recebem uma ajuda de custo quando participam de  
700 uma oitiva. Então seria o mesmo procedimento. Isso é comumente usado na justiça  
701 comum também, no cotidiano dos mediadores dos tribunais. Com relação à formação,  
702 foi referida na resolução, logo no começo do texto, que o mediador tem que ter uma  
703 formação mínima, conforme posto pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ. Dentro do  
704 GT houve muito diálogo sobre isso. A ideia era seguir o Fonamec – Fórum Nacional de  
705 Mediação e Conciliação, em que a carga horária prática e teórica era superior, mas nem  
706 todas as realidades brasileiras poderiam alcançar isso, além do mais, o Fonamec é uma  
707 entidade privada, então não era recomendável deixar isso no texto. Assim, permaneceu  
708 o critério mínimo de formação, estabelecido pelo CNJ. Nádia Maria Dourado Rocha  
709 (CFP) destacou que o GT está avaliando a possibilidade de, no caso de a resolução ser  
710 aprovada, já articular com o CNJ o oferecimento de um curso para as pessoas que  
711 trabalham nos Conselhos Regionais, de modo que todos possam se apropriar dessa  
712 mudança de paradigma. Sobre o Código de Ética dos Mediadores, Gabriela Gramkow  
713 (CRP-06/SP) lembrou que nem todo mediador será psicólogo. Então, não sendo  
714 psicólogo, ele não responde ao Código de Ética Profissional dos Psicólogos. Assim, ele



715 será enquadrado em um Código de Ética vinculante à essa Resolução. Ele foi  
716 construído a partir do que já foi produzido pelo Conima - Conselho Nacional das  
717 Instituições de Mediação e Arbitragem e pelo Fonamec, que são as entidades  
718 reconhecidas pelo campo da Mediação. Anderson Comin (CRP-07/RS) destacou que os  
719 CRPs defenderam que apenas psicólogos pudessem ser mediadores garantindo que  
720 tivesse minimamente um olhar para a Ciência Psicológica mediante o processo de  
721 mediação. E a própria Assessoria Jurídica de São Paulo fez uma defesa muito  
722 interessante nesse ponto, ao destacar que foi a própria Psicologia que tencionou para  
723 que o Sistema de Mediação incluísse a perspectiva interdisciplinar. O mediador tem  
724 como responsabilidade o papel que ele está desempenhando naquele contexto e não a  
725 obrigação diante da profissão da qual ele é formado. Então, por isso, ele deve essa  
726 responsabilidade ao Código de Ética do mediador, que deve ser cadastrado junto à  
727 Câmara de Mediação. Havendo alguma irregularidade, ele será desligado. Gabriela  
728 Gramkow (CRP-06/SP) complementou que se houver necessidade, o mediador poderá  
729 consultar algum psicólogo para esclarecimento, para assessoria. José Augusto Santos  
730 Ribeiro (CRP-21/PI) elogiou o trabalho do GT e sugeriu que ao final do Código de  
731 Ética para o mediador conste que os casos não previstos seriam resolvidos pelo Plenário  
732 do CRP ou do CFP, para dar mais segurança. Ele questionou se a denominação Código  
733 de Ética da Mediação ou dos Mediadores seria melhor que algo como: 'orientações' ou  
734 algo do gênero, pois quando a pessoa chega para trabalhar como mediador, ela já tem  
735 uma capacitação e já conhece as regras de arbitragem fora do Sistema Conselhos de  
736 Psicologia. Marília de Oliveira (CRP-04/MG) perguntou qual seria o poder legal  
737 quando houver infração ao Código de Ética do Mediador. Ana Sandra Arcoverde  
738 Nóbrega (CRP-13/PB) elogiou o trabalho do GT e perguntou se conselheiros poderão  
739 ser beneficiados pela perspectiva da mediação. Perguntou se haveria alguma  
740 especificação. Juraci Brito (CRP-05/RJ) parabenizou pelo trabalho e sugeriu revisão dos  
741 prazos da resolução, deixando claro quando se fala de dias úteis ou dias corridos.  
742 Gabriela Gramkow (CRP-06/SP) explicou que está previsto no documento, no artigo  
743 segundo, parágrafo quarto, letra 'e', que: "O descumprimento do Código de Ética dos  
744 Mediadores implicará o desligamento da Câmara de Mediação". Sobre a necessidade de  
745 revisão, ela informou que caberá sim uma revisão sobre os dias, mas isso poderá ser  
746 feito depois, se não houver necessidade de alteração de mérito. Sobre o caso de  
747 conselheiro da gestão ser denunciado, seria o mesmo trâmite do processo ético quando  
748 um colega conselheiro é denunciado. Ele terá os mesmos direitos, as mesmas

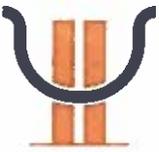


responsabilidades, como qualquer sujeito. Mas o caso correria em outro Conselho  
750 Regional, como se costuma fazer hoje. Um membro do GT complementou que os  
751 prazos da resolução se dão em dias corridos. Aberta a última rodada de inscrições, Túlio  
752 Picinini (CRP-04/MG) ressaltou que concorda com o processo colocado até agora, mas  
753 indicou a necessidade de definir o meio pelo qual serão realizadas as etapas. Por  
754 exemplo, existe uma lista de direitos e obrigações desse mediador e está colocada  
755 também uma questão de uma punição, caso esses direitos e obrigações não sejam  
756 cumpridos. Mas é preciso definir como é que isso acontece. Como garantir ao mediador  
757 o direito de se defender, por exemplo? Sugeriu que se adote a apuração seguindo o  
758 modelo do CPD, descrito para a apuração de desvio funcional de conselheiro, por  
759 exemplo. Porque a partir daí se tem um conjunto de regras de como o procedimento  
760 deve acontecer. Sheila de Oliveira (CRP-16/ES) informou que a mediação não será tão  
761 adotada no CRP-16/ES como será em CRPs mais numerosos que contam com um  
762 volume maior de processos. Ela lembrou que nem todo mediador é psicólogo, mas no  
763 caso de ele ser psicólogo, perguntou a qual Código que ele vai responder. Perguntou se  
764 será aberto um processo contra ele a partir do Código da Mediação ou do CPD ou do  
765 Código de Ética Profissional do Psicólogo. Destacou que é preciso deixar claro que esse  
766 código é válido para mediadores não psicólogos. Em relação ao treinamento citado pela  
767 Nádia Dourado (CFP), concordou com a importância disso tanto para conselheiros  
768 quanto corpo técnico. Em seguida, questionou a viabilidade para os CRPs pequenos de  
769 ter mais uma comissão obrigatória, como COE – Comissão de Orientação e Ética e COF  
770 – Comissão de orientação e Fiscalização, por exemplo, em que se paga ajuda de custo  
771 para as ações. Atualmente isso seria inviável no CRP-16/ES, não há uma dotação  
772 orçamentária que comporte isso hoje. Nelma Pereira (CRP-22/MA) sugeriu que o custo  
773 seja opcional a cada CRP, de modo que a resolução preveja isso, porque alguns terão  
774 dificuldades. Em relação às penalidades sugeriu que haja um meio termo entre a  
775 suspensão de trinta dias e a cassação, e que também houvesse outra possibilidade de  
776 suspensão de seis meses, de um ano. A ideia seria incluir mais dois tipos de penalidades  
777 considerando a suspensão para seis meses e também para um ano, dependendo do grau  
778 que for avaliado pelo mediador. Por fim, perguntou quem institui a penalidade ao  
779 mediador. Sergio Braghini (CFP) informou que se a Apaf pensar na penalidade  
780 aplicável, então acabará fazendo a mediação do mediador. Assim, explicou que a  
781 resolução aborda o que é necessário e não caberia detalhar mais que isso. Já há um  
782 conjunto de princípios e a pessoa irá se colocar como mediador se concordar com essas

*[Handwritten notes and signatures on the left margin]*

*[Handwritten notes and signatures on the right margin]*

*[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]*



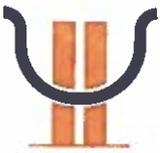
Conselho  
Federal de  
Psicologia

783 regras e se ele não as seguir, deixará de sê-lo. Caso o mediador não cumpra esses  
784 princípios, dependendo do grau ou da gravidade do ato que produziu, por não ser uma  
785 profissão regulamentada, seguem-se, por analogias, entendimentos jurídicos que nós  
786 temos em comum: se for um processo civil há possibilidade de reparação ao dano se  
787 alguém sair prejudicado, então já estaria contemplado dentro desse processo. Não seria  
788 necessário abrir internamente um "processo disciplinar" ao mediador. Sobre a  
789 obrigatoriedade da ajuda de custo para o mediador, destacou a necessidade de avançar  
790 com o plano que o CFP tem trabalhado, o Prodesu, exatamente como projeto para  
791 desenvolvimento dos CRPs, pois esse é um ponto fundamental que provavelmente vai  
792 gerar dificuldade de alguns CRPs e é claramente possível, tendo uma resolução sobre  
793 isso, apresentar um plano que contemple essa possibilidade de aporte financeiro aos  
794 CRPs que precisarem para a implementação do processo de mediação. João Baptista  
795 Fortes de Oliveira (CFP) esclareceu que a resolução não impõe a mediação, ela apenas  
796 abre a possibilidade de mediação. Sabe-se que isso se aplica mais a realidade de grandes  
797 Conselhos, como é o caso do CRP de São Paulo. Assim, os Conselhos Regionais vão  
798 implementando a questão de mediação e conciliação à medida da disponibilidade de  
799 cadaum, da formação que será oferecida em conjunto com o Conselho Nacional de  
800 Justiça, através do Conselho de Mediadores do Nacional de Justiça. Então aprovada a  
801 resolução, o CRP não é obrigado a trabalhar com a mediação e conciliação. Haverá um  
802 processo para a implementação disso. Apenas alguns CRPs, que têm necessidade, vão  
803 começar imediatamente. Com relação à penalidade, explicou que não se pode mexer  
804 naquilo que é estipulado por Lei, e as penalidades que podem ser aplicadas dentro do  
805 Sistema Conselhos de Psicologia já estão previstas na Lei nº 5.766/1971 (cinco mil  
806 setecentos e sessenta e seis de mil novecentos e setenta e um). Ou seja, não é possível  
807 incluir outra penalidade intermediária. Nelma Pereira (CRP-22/MA) lembrou que com  
808 as eleições há um contexto parecido: o psicólogo que não atender ao convite para ser  
809 mesário pode ser exposto às mesmas penalidades, o que é desproporcional, mas está  
810 previsto na legislação. Nádia Maria Dourado Rocha (CFP) explicou que a resolução não  
811 determina como a Câmara de Mediação no seu cotidiano irá funcionar, de modo que  
812 cada Conselho Regional irá construir uma resolução detalhando isso. Assim é possível  
813 contemplar a realidade de cada um, cada CRP irá definir como é que será essa Câmara  
814 de Mediação, porque cada um tem uma dimensão de colaboradores, de contexto físico,  
815 enfim, de várias interferências e inúmeras variáveis. Em seguida sugeriu um texto de  
816 conciliação, em virtude das várias observações feitas, em relação à execução do



Conselho  
Federal de  
Psicologia

mediador: no artigo segundo, parágrafo quarto, incluir a letra 'f', com o seguinte teor,  
818 "Os mediadores ficarão sujeitos ao Código de Ética dos Mediadores do Sistema  
819 Conselhos de Psicologia, estabelecido por esta resolução (anexo), que fixa os princípios  
820 que devem orientar os procedimentos conduzidos por esta Câmara de Mediação, quais  
821 sejam: independência, imparcialidade, autonomia da vontade, confidencialidade,  
822 oralidade, informalidade e decisão informada." O mediador deverá acatar as normas  
823 institucionais e éticas da sua profissão de origem, porque todos eles têm uma profissão  
824 de origem. Ser mediador é uma ação; é uma prática, um fazer profissional, mas não  
825 existe uma profissão de mediador reconhecida, legitimada. Gabriela Gramkow (CRP-  
826 06/SP) e Anderson Comin (CRP-07 /RS) também indicaram sugestão de texto em outro  
827 item: artigo segundo, parágrafo oitavo: "Os mediadores da Câmara de Mediação  
828 receberão ajuda de custo e, eventualmente, diária, nos termos da regulamentação dos  
829 respectivos Conselhos de Psicologia." Após outros diálogos, houve consenso em alterar  
830 o nome do anexo de Código de Ética para "Termo de Referências Éticas para Atuação  
831 do Mediador no Âmbito do Sistema Conselhos". Em regime de votação, a resolução foi  
832 aprovada por unanimidade, ficando recomendada a revisão dos apontamentos realizados  
833 pelo plenário da Apaf, conforme o Anexo ponto 6 - Minuta de Resolução Conciliação.  
834 Foi conferida a delegação para o próximo ponto. CRP-01/ DF: Luiza Pereira e Carolina  
835 Maria Fernandes; CRP-02/PE: Cristiane Menezes Almeida e Murilo Tolêdo Calafange;  
836 CRP-03/BA: Daniele Carmo Queiroz e Clarissa Paranhos Guedes; CRP-04/MG:  
837 Roberto Chateaubriand Domingues, Marília de Oliveira e Túlio Picinini; CRP-05/RJ:  
838 José Novaes, Rodrigo Acioli Moura e Jane Calhau; CRP-06/SP: Aristeu Bertelli da  
839 Silva, Elisa Zaneratto Rosa e Guilherme Luz Fenerich, CRP-07/RS: Luciane Engel,  
840 Anderson Laurindo da Silva Comin e Cristiane Bens Pergoraro; CRP-08/PR: Fernanda  
841 Rosseto Prizibela, Bruno Jardini Mader e André Luiz Vendel; CRP-09/GO: Handersenn  
842 Shouzo Abe e Simone Minasi; CRP-10/PA/AP: João Jorge Neto e Giane Silva Santos  
843 Souza; CRP-11/CE: Diego Mendonça Viana e Aluisio Ferreira de Lima; CRP-12/SC:  
844 Jaira Terezinha da Silva Rodrigues, Anderson Schuck e Julianna de Rogerius C.  
845 Leandro Remor; CRP-13/PB: Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega e Suenny  
846 Fonseca de Oliveira; CRP-14/MS: Fernando Faleiros de Oliveira e Norma Celiane  
847 Cosmo; CRP-15/AL: José Félix Vilanova Barros e Everton Fabrício Calado; CRP-  
848 16/ES: Sheila de Oliveira Lopes da Silva e Juliana Gomes de Figueiredo; CRP-17/RN:  
849 Rodrigo Costa de Oliveira; CRP-18/MT: Alcindo José Rosa; CRP-19/SE: Alberto de  
850 Jesus Orge Rocha; CRP-20/AM/AC/RR/RO: Magaly Silva de Oliveira e Lígia Maria



Conselho  
Federal de  
Psicologia

851 Duque Jonhson de Assis; CRP-21/PI: Valéria Macêdo de Sousa Bezerra; CRP-22/MA:  
852 Nelma Pereira; CRP-23/TO: Tassio Soares; CFP: Mariza Monteiro Borges, Sergio Luis  
853 Braghini e João Baptista Fortes de Oliveira. **7. Revisão da Política de Orientação e**  
854 **Fiscalização do Sistema Conselhos de Psicologia:** João Baptista Fortes de Oliveira  
855 (CFP) iniciou a apresentação do ponto e informou que ela se dará como foi no ponto  
856 anterior, com a participação de outros membros do GT. O Grupo foi criado na Apaf de  
857 dezembro de dois mil e onze e foi sendo reeditado. Atualmente fazem parte do GT de  
858 Revisão da política de orientação e fiscalização os CRPs 04/MG, 06/SP, 08/PR, 09/GO,  
859 10/PA/AP, 12/SC e CFP. Túlio Picinini (CRP-04/MG) explicou que o GT fez uma  
860 revisão do MUORF – Manual Unificado de Orientação e Fiscalização e ressaltou que o  
861 GT entende que é necessária a revisão de outras legislações para se alcançar a-revisão  
862 de toda a política de orientação e fiscalização, como a revisão do CPD e da  
863 consolidação de resoluções, por exemplo. Houve outro GT que trabalhou com o Termo  
864 de Ajustamento de Conduta e esse assunto retornou. Talvez seja o ponto polêmico dessa  
865 discussão. Ele sugeriu a indicação de destaques pontuais do texto no lugar de todos  
866 realizarem a leitura completa do material. Sueli Vieira (CRP-01/DF) complementou que  
867 o olhar do GT foi com foco na orientação. A Mesa consultou a Apaf sobre a sugestão de  
868 partir diretamente para os destaques e após concordância o trabalho seguiu nessa  
869 sistemática. Foram feitas diversas alterações: no quarto “Considerando” a sigla CNP foi  
870 colocada por escrito, Conselho Nacional de Psicologia; no inciso dez, artigo três, onde  
871 constava “aperfeiçoamento da Psicologia” foi substituído para “para o desenvolvimento  
872 do exercício profissional da psicóloga (o) pautada na Ética, tanto no âmbito das  
873 políticas públicas, quanto nas atividades privadas”; foram incluídos os significados das  
874 siglas de Apaf e CNP; onde constava “pautar-se a partir de” foi substituído por “pautar-  
875 se nas determinações”; no artigo sexto houve adequação de gênero e plural; no capítulo  
876 dois, artigo oitavo, foi substituído “membros” por “psicólogos e psicólogas”; no artigo  
877 dez, onde constava “gestores” foi alterado para “psicólogos e psicólogas” integrantes  
878 das comissões gestoras das sub sedes ou pelas seções e aprovados pelo Plenário”; no  
879 parágrafo único a redação foi alterada para “As psicólogas (os) indicadas no Item III e  
880 IV, devem ser designadas e orientadas pela COF para o desenvolvimento de ações  
881 específicas e justificadas”; no artigo dezesseis, parágrafo único a redação foi alterada  
882 para “para conduzir o processo de orientação, os Conselhos Regionais de Psicologia  
883 poderão também utilizar o Termo de Ajustamento de Conduta, TAC, a critério de  
884 Comissão de Orientação e Fiscalização, COF”; no artigo dezenove a redação foi



Conselho  
Federal de  
Psicologia

885 alterada para “Análise e acompanhamento da prestação de serviços psicológicos  
886 realizados por meios tecnológicos de comunicação a distância”; no artigo vinte e seis,  
887 inciso dois, foi substituído “pessoa jurídica” por “instituição pública ou privada”; no  
888 artigo vinte e sete também foram incluídos os significados das siglas e foram  
889 substituídos os termos “fiscal” por “psicóloga (o), agente de orientação e fiscalização”;  
890 foi esclarecido que os modelos de termos não são obrigatórios, são apenas referências.  
891 Em regime de votação, a resolução (anexo ponto 7 – minuta de resolução revisão Muorf  
892 2016) foi aprovada por unanimidade, assim como a continuidade do grupo, com  
893 atribuições diferentes e pessoas diferentes, para revisar a consolidação das resoluções e  
894 o Código de Processamento Disciplinar, com a mesma composição, incluindo um  
895 representante do CRP-21/PI. A resolução deverá passar por revisão jurídica e  
896 ortográfica. Foi conferida a delegação para o ponto seguinte. CRP-01/ DF: Luiz Pereira  
897 e Carolina Maria Fernandes; CRP-02/PE: Cristiane Menezes Almeida e Murilo Tolêdo  
898 Calafange; CRP-03/BA: Daniele Carmo Queiroz e Clarissa Paranhos Guedes; CRP-  
899 04/MG: ausente; CRP-05/RJ: José Novaes, Rodrigo Acioli Moura e Jane Calhau; CRP-  
900 06/SP: Aristeu Bertelli da Silva, Elisa Zaneratto Rosa e Guilherme Luz Fenerich, CRP-  
901 07/RS: Alexandra Ximendes, Ana Paula Denis Ferraz e Cristiane Bens Pergoraro; CRP-  
902 08/PR: ausente; CRP-09/GO: Handersenn Shouzo Abe e Simone Minasi; CRP-  
903 10/PA/AP: João Jorge Neto e Giane Silva Santos Souza; CRP-11/CE: Diego Mendonça  
904 Viana e Aluisio Ferreira de Lima; CRP-12/SC: Jaira Terezinha da Silva Rodrigues,  
905 Anderson e Giulianna de Rogerius C. Leandro Remor; CRP-13/PB: Ana Sandra  
906 Fernandes Arcoverde Nóbrega e Suenny Fonseca de Oliveira; CRP-14/MS: ausente;  
907 CRP-15/AL: José Félix Vilanova Barros e Everton Fabrício Calado; CRP-16/ES: Sheila  
908 de Oliveira Lopes da Silva e Juliana Gomes de Figueiredo; CRP-17/RN: Rodrigo Costa  
909 de Oliveira; CRP-18/MT: Alcindo José Rosa; CRP-19/SE: ausente; CRP-  
910 20/AM/AC/RR/RO: Magaly Silva de Oliveira e Lígia Maria Duque Jonhson de Assis;  
911 CRP-21/PI: Valéria Macêdo de Sousa Bezerra; CRP-22/MA: Nelma Pereira; CRP-  
912 23/TO: Tassio Soares; CFP: Mariza Monteiro Borges. **8. Proposta de revisão da**  
913 **Resolução CFP nº 01/1999 que estabelece normas de atuação para as / os**  
914 **psicólogas/os em relação à questão da orientação sexual: Clarissa Paranhos Guedes**  
915 **(CRP-03/BA) explicou que a resolução é muito importante para o Sistema Conselhos de**  
916 **Psicologia há dezessete anos e continua sendo alvo de ataques de diversos grupos.**  
917 **Destacou que o campo avançou e atualmente a resolução não contempla mais as novas**  
918 **condições existenciais, relacionadas às sexualidades não hegemônicas. Assim, o CRP-**



03/BA fez um grupo de trabalho que produziu uma atualização do documento, que foi  
920 encaminhado a todos os CRPs com antecedência. O objetivo desse trabalho foi atualizar  
921 a resolução, ampliando o escopo a que se destina, para além do reconhecimento da  
922 homossexualidade masculina ou feminina, bissexualidade, heterossexualidade, as  
923 identidades de gêneros e outras identidades que podem passar a existir. A ideia é  
924 ampliar para que a norma inclua essas outras formas que precisam ser reconhecidas  
925 como reais e legítimas, inclusive para a Psicologia, que por um tempo as desconheceu.  
926 Feita a leitura da resolução, houve destaques: onde constar "Identidade" que se substitua  
927 por "Expressões de Gênero"; onde constar "identidade de gênero" ou "identidade  
928 sexual" substituir por "Questões de Diversidade Sexual e de Gênero"; no artigo segundo  
929 foi sugerida a inclusão de texto que esclarecesse que não é vedado ao psicólogo acolher  
930 a demanda que se apresenta, pois é como todo e qualquer outro desconforto ou mal estar  
931 na sociedade e a demanda pode ser acolhida pela/o psicóloga / o. Não deve se recusar a  
932 atender alguém que sofre por conta da sua orientação sexual, mas a / o profissional não  
933 pode prometer cura ou conversão dessa orientação sexual. No "Considerando" quatro  
934 foi sugerida a inclusão de redação: "...é objetivo da agenda psicológica a promoção de  
935 qualidade de vida da pessoa por meio do acolhimento e do apoio, a partir da  
936 compreensão de que as expressões de gêneros e outras vivências, não binárias, são  
937 algumas das múltiplas possibilidades de vivências da sexualidade, expressão do afeto  
938 humano." Foi sugerida a reprodução do artigo segundo, alínea b, do Código de Ética  
939 Profissional do Psicólogo na resolução: "Ao psicólogo é vedado induzir a convicções  
940 políticas, filosóficas, morais, ideológicas, religiosas, de orientações sexuais, ou de  
941 qualquer tipo de preconceito." Foi sugerida a seguinte redação para o quarto  
942 "Considerando": "Considerando que as orientações sexuais e identidades de gênero  
943 dizem respeito à diversidade humana e a múltiplas possibilidades de experiência não  
944 constituindo doença, nem distúrbio, nem transtorno, nem perversão". Foi sugerida a  
945 inclusão de texto em um dos "Considerandos": "Considerando que as orientações  
946 sexuais e expressões de gênero dizem respeito à diversidade humana e a múltiplas  
947 possibilidades de experiência, não constituindo doença..." Foram indicadas as inclusões  
948 dos seguintes textos: "A / o psicóloga / o deve: considerar o contexto sociocultural da  
949 pessoa atendida, sua rede de relações familiares, comunitárias, institucionais, sociais e  
950 seus valores e crenças culturais, filosóficas, morais, religiosas, bem como quaisquer  
951 outras variáveis na produção da queixa trazida, que muitas vezes, redundam na vontade de  
952 eliminar determinados comportamentos e desejos, ou modificar sua orientação sexual e



954 identidade de gênero, deixando de ser...". "Tais elementos são fundamentais para  
955 compreender como o conflito com a orientação sexual e/ou identidade de gênero é  
956 produzido, bem como subsidiárias estratégias de intervenção psicológica com a pessoa  
957 em seu contexto de vida". Neste momento as delegações do CRP-11/CE e CRP-15/AL  
958 precisaram se retirar em decorrência dos horários dos vôos. Foi sugerida a seguinte  
959 alteração no sexto "Considerando": "considerando que há na sociedade um constante  
960 reconhecimento das expressões da sexualidade humana...". Foi solicitada a permanência  
961 da terminologia "Identidade de Gênero" como estava originalmente no documento, para  
962 não desconsiderar os debates que já existem, inclusive as construções e expressões de  
963 gênero. Diante do curto prazo para a continuidade do debate, foi sugerida a criação de  
964 um grupo para trabalhar com as ideias colocadas nesta Apaf e apresentação na próxima  
965 Apaf, já com maior apropriação dos CRPs. Foi então encaminhada a constituição de um  
966 GT que dialogue com militantes e especialistas no tema, para recriar o texto, a ser  
967 apresentado na Apaf de dezembro, considerando as propostas registradas. Comporão o  
968 GT: CRPs: 02/PE, 03/BA, 05/RJ, 06/SP, 07/RS, 10/PA/AP, 12/SC, 17/RN e CFP. 9.  
969 **Revogação da Resolução CFP nº 002/1995:** o ponto foi composto pelas seguintes  
970 delegações: CRP-01/DF: Luiza Pereira e Carolina Maria Fernandes; CRP-02/PE:  
971 Cristiane Menezes Almeida e Murilo Tolêdo Calafange; CRP-03/BA: Daniele Carmo  
972 Queiroz e Clarissa Paranhos Guedes; CRP-04/MG: ausente; CRP-05/RJ: José Novaes,  
973 Rodrigo Acioli Moura e Jane Calhau; CRP-06/SP: Aristeu Bertelli da Silva, Elisa  
974 Zaneratto Rosa e Guilherme Luz Fenerich, CRP-07/RS: Alexandra Ximendes, Ana  
975 Paula Ferraz e Cristiane Bens Pergoraro; CRP-08/PR: ausente; CRP-09/GO: ausente;  
976 CRP-10/PA/AP: João Jorge Neto e Giane Silva Santos Souza; CRP-11/CE: ausente;  
977 CRP-12/SC: Jaira Terezinha da Silva Rodrigues, Anderson e Giulianna de Rogerius C.  
978 Leandro Remor; CRP-13/PB: ausente; CRP-14/MS: ausente; CRP-15/AL: ausente;  
979 CRP-16/ES: Sheila de Oliveira Lopes da Silva e Juliana Gomes de Figueiredo; CRP-  
980 17/RN: Rodrigo Costa de Oliveira; CRP-18/MT: Alcindo José Rosa; CRP-19/SE:  
981 ausente; CRP-20/AM/AC/RR/RO: Magaly Silva de Oliveira e Lígia Maria Duque  
982 Jonhson de Assis; CRP-21/PI: Valéria Macêdo de Sousa Bezerra; CRP-22/MA: Nelma  
983 Pereira; CRP-23/TO: Tássio de Oliveira Soares; CFP: Mariza Monteiro Borges.  
984 Conferida a delegação, a Mesa Diretora informou que havia pedidos para a revogação  
985 da resolução, que dispõe sobre prestação de serviços psicológicos por telefone, uma vez  
986 que ela foi incorporada em dois mil e doze, pela Resolução CFP nº 011/2012, que  
regulamenta os serviços psicológicos realizados por meios tecnológicos de comunicação



987 a distância, o atendimento psicoterapêutico em caráter experimental e revoga a  
988 Resolução CFP N.º 12/2005. Com isso, faltou revogar a resolução anterior, de mil  
989 novecentos e noventa e cinco, que sobre atendimento telefônico. Em regime de votação,  
990 a revogação da Resolução CFP nº 002/1995 foi aprovada por vinte e nove votos. As  
991 atividades foram encerradas às dezoito horas e vinte minutos. Esta ata foi redigida por  
992 Fabíola Borges Corrêa e revisada por Maria da Graça Correa Jacques, que a assina com  
993 os demais presentes acima nomeados e referenciados.

994

*Maria da Graça Correa Jacques*

*[Handwritten signatures]*  
A. J. M. S. *[Signature]* *[Signature]*  
Adriana Silva

Juliano Lima Medeiros  
Leila Jerezinho de Silva Rodrigues  
*[Signature]* - Juma Macário

Fernando Talires de Oliveira  
José Elcio Vilarova Ramos - *[Signature]*

Daniela Bezerra Rodrigues *[Signature]* ARISTEU BERTOLI  
DA SILVA - CRP 06

*[Signature]*

*[Signature]* Simone Steinman

*[Signature]* Handersenn Shays Abc  
*[Signature]*

*[Signature]*  
*[Signature]*